



### **MAJOR ARRUDA**

Chefe da Divisão de Educação e Treinamento do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil.

## **AS CONTRIBUIÇÕES DAS OPERAÇÕES DE PAZ PARA O APERFEIÇOAMENTO DAS CAPACIDADES DA FORÇA TERRESTRE**

A primeira participação militar brasileira com a finalidade de encontrar soluções pacíficas para conflitos no cenário internacional remonta ao Período Imperial, ocasião em que o Brasil deslocou, a pedido do governo uruguaio, uma Divisão Brasileira de Observação para Montevidéu, entre os anos de 1854 e 1856. Essa missão foi cumprida com êxito e demonstrou a viabilidade do emprego de força militar estrangeira para a redução das tensões em áreas problemáticas e para a obtenção de soluções que promovam a conciliação e a paz (Verde-Oliva, 2022).

Da metade do século XIX até a Segunda Guerra Mundial, o Brasil, por intermédio de seu corpo diplomático, pautou suas ações no cenário internacional pelo pragmatismo, pela busca por soluções pacíficas para os conflitos e pela defesa dos interesses nacionais. Nesse meio tempo, o país participou das duas grandes guerras e teve atuação na Liga das Nações, órgão criado por ocasião do término da Primeira Guerra Mundial e que deveria, entre suas missões, evitar outro conflito daquelas proporções, objetivo não atingido, conforme a História mostrou anos depois.

Após o término da Segunda Guerra Mundial em 1945, os Estados que viviam as consequências devastadoras de mais um conflito de proporções globais se reuniram na cidade de São Francisco, nos Estados Unidos da América (EUA), e criaram a Organização das Nações Unidas (ONU). Essa organização foi resultado de uma visão coletiva da época que buscava, além de evitar um novo conflito de proporções mundiais,

(...) praticar a tolerância e viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos, e unir as nossas forças para manter a paz e

a segurança internacionais, e a garantir, pela aceitação de princípios e a instituição dos métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum, a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos (ONU, 1945).

A partir de então, o Conselho de Segurança da ONU (CSNU) iniciou a busca de soluções para os conflitos que ocorriam ao redor do globo. Nesse quadro, as Operações de Manutenção da Paz (OMP) nasceram num contexto em que as rivalidades da Guerra Fria paralisavam frequentemente o Conselho de Segurança. Inicialmente, essas operações se limitavam aos acordos de cessar-fogo e a estabilizar as situações no terreno, prestando um apoio crucial aos esforços políticos para resolver os conflitos por meios pacíficos, valendo-se de observadores militares desarmados e de tropas ligeiramente armadas com funções essencialmente de controle, informação e construção de confiança entre as partes (United Nations Peacekeeping, 2024).

O Exército Brasileiro (EB) iniciou sua contribuição para os esforços do CSNU com o envio de observadores militares para a Comissão das Nações Unidas para os Bálcãs (UNSCOB, acrônimo em inglês). A comissão operou na Grécia, de 1947 a 1951, e tinha como objetivo cooperar com as autoridades regionais no problema dos refugiados, monitorando a situação na fronteira entre a Grécia, em guerra civil, a Albânia, a Bulgária e a Iugoslávia. Na sequência, em 1948, o Brasil contribuiu com mais observadores militares para o contingente da Organização de Supervisão de Trégua das Nações Unidas (UNTSO, em inglês). A UNTSO foi criada com o objetivo de monitorar o cessar-fogo entre árabes e israelenses que disputavam a Palestina (Verde-Oliva, 2022).

Desde então, "(...) o Brasil desdobrou mais de 54 mil militares e policiais em 50 operações autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU" (Hamann; Mir, 2019, p. 1), seja em missões de paz de caráter individual ou em contingentes formados.

Nesse sentido, ao longo do tempo e particularmente nos últimos anos, diversos autores já puderam atestar a importância histórica das operações de paz para a evolução do EB. Ao buscar um novo enfoque para o tema, verificou-se a seguinte pergunta problema que norteou a produção deste artigo: "Como a participação brasileira em operações de paz contribuiu para o aperfeiçoamento das capacidades da Força Terrestre?"

## UM BREVE PANORAMA DA PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS OPERAÇÕES DE PAZ SOB A ÉGIDE DA ONU

Antes de falar sobre a participação do Brasil nas operações de paz sob a égide das Nações Unidas, é importante lembrar o que a Carta Magna Brasileira prescreve sobre os princípios que o Brasil deve seguir na condução de suas relações internacionais:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

(...)

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

(...)

(Brasil, 1988)

Desde o término da Segunda Guerra Mundial, o Brasil vem contribuindo com os esforços internacionais para a manutenção da paz, seja com indivíduos ou com tropa. Segundo Hamann e Mir (2019, p. 2):

Entre 1947 e 2019, o Brasil participou de 51 missões da ONU, sendo apenas 1 autorizada pela Assembleia Geral (a primeira) e 50 autorizadas pelo Conselho de Segurança. Dessas, foram 45 OMPs e quatro missões políticas especiais (MPes), além de uma força multinacional.

(...)

Entre 1947 e setembro de 2018, 54.392 militares e policiais brasileiros serviram nessas missões, sendo que 47.821 foram desdobrados a partir de 1990.

Ainda segundo os mesmos autores, “A participação do Brasil nas missões da ONU pode ser dividida em cinco fases: (1) 1947-1966; (2) 1967-1989; (3) 1990-1999; (4) 2000-2017; e (5) 2017-presente” (Hamann; Mir, 2019, p. 4). Sobre as características de cada fase, é afirmado o seguinte:

**Fase 1 (1947-1966)** – O Brasil é membro fundador da ONU, sendo um dos 50 Estados que assinaram, em 1945, a Carta da Organização em São Francisco. Em 1947, a Assembleia Geral autorizou a primeira missão multilateral da ONU, a UNSCOB (que não foi uma OMP), para a qual o Brasil enviou dois diplomatas e três militares, um de cada Força. Esse foi o início da fase 1 da trajetória brasileira. Em 1956, o Brasil se mobilizou para participar da primeira OMP com tropas da história da ONU:

a UNEFI<sup>1</sup>. Ao todo, 6.300 militares brasileiros foram desdobrados no Suez, em rodízios com duração de seis meses, entre 1956 e 1966, quando a missão foi encerrada. Os anos finais, coincidiram com o envio de outro batalhão brasileiro para uma missão da Organização dos Estados Americanos (OEA), desdobrada na República Dominicana entre maio de 1965 e setembro de 1966. O desdobramento simultâneo de dois batalhões em continentes diferentes é fruto de grande esforço político, financeiro e logístico, significativo para a política externa brasileira, além de um marco operacional para as Forças Armadas da época. Vale acrescentar que, no mesmo período, houve também *token contributions* (contribuições simbólicas ou pontuais) de observadores militares para missões da ONU na África e Ásia.

**Fase 2 (1967 a 1989)** – Tal fase coincide em grande medida com o período dos governos militares (1964-1985), em que as prioridades dos governos estavam mais voltadas para a segurança nacional e, assim, não incluíram participação ativa em mecanismos multilaterais voltados para a manutenção da paz e da segurança internacional. (...)

**Fase 3 (1990-1999)** – Com o fim da Guerra Fria, o crescimento dos conflitos intraestatais e o “descongelamento” do Conselho de Segurança, mais missões foram aprovadas no início dos anos 1990, com mandatos que exigiam, com frequência, o desdobramento de maior número de tropas. O Brasil respondeu a essa demanda da ONU, com outras dezenas de Estados-Membros da Organização. Nos anos 1990, pela primeira vez desde os anos 1960, voltam a atuar em missões no exterior as tropas brasileiras (unidades militares constituídas), desdobradas em países lusófonos: uma companhia foi para Moçambique (1993-1994), um batalhão, para Angola (1995-1997), e um pelotão, para o Timor Leste (1999). Nessa década, houve ainda contribuições pontuais de militares e, pela primeira vez, também de policiais brasileiros, desdobrados em missões da ONU na África, América Central e Europa.

**Fase 4 (2000-2017)** – Essa é a fase mais importante para o Brasil, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Tem início em 2000, quando o pelotão desdobrado no Timor Leste aumenta em 50% e é substituído por uma companhia, e vai até outubro de 2017, com o término da missão no Haiti.

1. Primeira Força de Emergência nas Nações Unidas.

Em termos quantitativos, nessa fase o Brasil participa de um maior número de missões: para fins de comparação, em dezembro de 2000, o país tinha 95 militares e policiais em apenas três missões, enquanto que, em agosto de 2017, participava de dez missões com 1.288 militares e policiais.

É também nessa fase que o Brasil desdobra o maior número de militares e policiais de sua história, graças ao volume de tropas do batalhão brasileiro no Haiti (mais de 37 mil só naquela missão).

(...)

Por fim, a fase 5, inaugurada após outubro de 2017, tem refletido um misto de expectativas e frustrações fruto da ressaca pós-MINUSTAH<sup>2</sup>, mesclando elementos de continuidade a elementos de inovação. É uma fase que continua alguns dos esforços das fases 3 e 4, no sentido de enviar tropas para missões relevantes para a política externa brasileira (...), além de manter contribuições pontuais com militares e policiais em missões de paz de menor destaque relativo para a projeção do Brasil. Paralelamente, a fase 5 traz como inovação uma terceira linha de ação, iniciada no fim da fase 4 e que prioriza a liderança, a expertise e a transferência de conhecimento acumulados (Hamann; Mir, 2019).

### A GERAÇÃO DE FORÇA E O PLANEJAMENTO BASEADO EM CAPACIDADES

As lições aprendidas pelo EB com as missões de paz, em especial com a MINUSTAH, permitiram, entre outras implicações, que o Exército adotasse um novo conceito operacional a partir do ano de 2014<sup>3</sup>. Entre

os aspectos relevantes do novo conceito operacional do Exército, o planejamento baseado em capacidades é aquele utilizado para executar o processo de geração de forças.

Segundo o Manual Doutrina Militar Terrestre:

Capacidade é a aptidão requerida a uma força ou Organização Militar para cumprir determinada missão ou atividade. Essa aptidão é exercida sob condições e padrões determinados, pela combinação de meios para desempenhar uma gama de tarefas (BRASIL, 2022, p. 3-2).

O desenvolvimento das capacidades se dá para que, atuando sozinha ou integrada a outras forças, a Força Terrestre (F Ter) possa:

(...) atender a três requisitos simultaneamente: garantir a defesa do território; projetar poder, a fim de assegurar interesses vitais, e atender às demandas da política exterior em favor da segurança e da paz internacionais e da integração regional (Brasil, 2022, p. 3-2).

Nesse sentido, as capacidades da F Ter provêm:

(...) de um conjunto de sete fatores determinantes, inter-relacionados e indissociáveis: **Doutrina, Organização (e/ou processos), Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura** – que formam o acrônimo DOAMEPI (Brasil, 2022, p. 3-3, grifo nosso).



Fig 1 – Fatores determinantes das capacidades

Fonte: Brasil (2002,p. 3-3).

2. Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti.

3. Novo Conceito Operacional do Exército adotado a partir de 2014 – Operações no Amplo Espectro.

## AS CONTRIBUIÇÕES DA MINUSTAH PARA O APERFEIÇOAMENTO DAS CAPACIDADES RELACIONADAS AO PROCESSO DE GERAÇÃO DE FORÇA

Desde o início do emprego em solo haitiano, verificou-se que a MINUSTAH era um vasto laboratório para lições valiosas que poderiam impactar significativamente a F Ter. Resultado disso é que, em 2007, com apenas três anos de emprego naquele país, já havia pesquisas indicando os reflexos dessa missão para o Exército. O EB adotou mecanismos para que as experiências não se perdessem, conforme ocorrera em oportunidades passadas.

Nesse quadro, ao apresentar os reflexos para o EB, Lessa (2007, p. 38-40) aponta uma série de benefícios, tais como:

- o exercício permanente da liderança em todos os níveis, em situação real com tropa constituída, o que contribuiu para o fortalecimento dos quadros da Força Terrestre;
- criação do Centro de Preparação e Avaliação para Missões de Paz do Exército Brasileiro (CEPAEB), subordinado ao COTER, em 2001, com a finalidade de preparar e avaliar os militares designados para Operações de Manutenção da Paz e ainda acompanhar a evolução doutrinária de Força de Paz;
- criação do Grupo de Acompanhamento e Apoio às Missões de Paz no Âmbito da Força Terrestre (GAAPAZ), formado por representantes de diversos setores com o objetivo de apoiar os militares desdobrados em missões de paz;
- criação do Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOpPaz), com o objetivo de preparar os militares e contingentes designados para missões de paz;
- aquisição e incorporação de conhecimentos em temáticas referentes à ONU, tais como Direito Internacional em Conflitos Armados (DICA), gerenciamento de crises e técnicas de negociação, e às operações em ambiente urbano, que passaram a integrar o currículo dos estabelecimentos de ensino do EB;
- aumento do intercâmbio de militares brasileiros com outros Exércitos em diversas atividades internacionais, além das missões de paz;
- conquista de espaços por militares brasileiros no Departamento de Operações de Paz, na sede da ONU;
- aperfeiçoamento da doutrina de emprego da Força, particularmente de emprego de blindados em ambiente urbano; e
- melhoria da interoperabilidade entre as

Forças Armadas, em particular nos aspectos logísticos referentes à sustentação de tropas em operações no exterior.

Ainda nesse quadro, o grande terremoto ocorrido em 12 de janeiro 2010 trouxe valiosas lições aprendidas para o EB, fruto da dificuldade de se mobilizar um segundo batalhão para ser empregado em caráter emergencial na missão, com reflexos no Processo de Transformação do Exército. Sobre isso, o documento 'O Processo de Transformação do Exército', relata o seguinte:

A crise vivida no Haiti colocou em evidência a restrita capacidade de a Força Terrestre projetar força e de fazer face a situações de contingência, o que poderia ter colocado em risco nossa capacidade de manter o protagonismo entre os demais países ali presentes. Para desdobrar um segundo contingente foram necessárias três semanas e a participação de 84 organizações militares (Brasil, 2010, p. 18).

A despeito dessa dificuldade de mobilização, o EB foi muito bem-sucedido na empreitada, conforme relata o Gen Floriano Peixoto, que era o *Force Commander* da MINUSTAH, por ocasião do terremoto de 2010:

Aspecto de extrema relevância foi a disposição brasileira de enviar reforços de tropa ao Haiti, para ampliar a capacidade de provimento de ajuda humanitária, e isso veio a ocorrer praticamente em três semanas após a solicitação feita pela ONU. Novamente, o Brasil se antecipou no oferecimento de tropas, desdobrando um segundo batalhão completamente autossustentável (BRABATT 2), o que ampliou, de imediato, a capacidade do componente militar da MINUSTAH, uma vez que os outros reforços não chegaram em prazo desejável. Esse desdobramento em tempo reduzido causou uma impressão de altíssimo impacto na ONU e junto à comunidade internacional, pois o Brasil mostrava disposição e, acima de tudo, capacidade de resposta imediata para atender a um chamamento naquelas condições (Vieira Neto, 2017, p. 21).

Além disso, o Gen Floriano Peixoto pontuou as seguintes contribuições para o EB:

Para as Forças Armadas, em especial o Exército Brasileiro, essa foi uma experiência memorável, que estendeu a oportunidade para tropas de todo o País em um cenário de relativo risco, em ambiente altamente

volátil, operando sob a égide do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, em um contexto internacional, nivelando, pois, a vivência em âmbito nacional. Inúmeros ganhos podem ser contabilizados com essa participação. Podem-se enumerar alguns, dentre muitos: **intercâmbio cultural e doutrinário com outras nações; grande aprendizado na área logística; teste de qualidade do equipamento militar brasileiro; aperfeiçoamento da capacidade expedicionária militar conjunta; aplicação, aperfeiçoamento e reformulação da doutrina militar brasileira; oportunidade de completar a formação dos oficiais e graduados em situação real; e projeção internacional do Brasil e de suas Forças Armadas.** Seus efeitos continuarão a se multiplicar no futuro, por meio dos quadros mais jovens que foram brindados com esse engajamento, e da memória escrita de tudo o que ocorreu naquele ambiente operacional complexo, assimétrico e muitas vezes difuso (Vieira Neto, 2017, p. 23, grifo nosso).

Ao longo do tempo, os ensinamentos foram sendo incorporados ao cabedal de conhecimentos da F Ter, o que foi provocando mudanças significativas. Produto disso foi a elaboração do novo conceito operacional do Exército – As Operações no Amplo Espectro<sup>4</sup>, adotado em substituição à Doutrina Delta<sup>5</sup>, que estava em vigor desde o ano de 1996 e já não era adequada para orientar a preparação do Exército para enfrentar os desafios impostos pela Era do Conhecimento.

Sobre o novo conceito operacional do Exército, o Gen Araujo, então Chefe do Centro de Doutrina no Exército, fez considerações sobre as novas capacidades e exigências do combate contemporâneo e que já eram exigidas das tropas brasileiras desdobradas em solo haitiano:

Trazendo para a nossa realidade, observa-se claramente que o Exército Brasileiro, ao longo de sua história, sempre esteve presente como ator importante nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e nas Ações Subsidiárias, em apoio aos órgãos governamentais, e na construção da coesão nacional, desde as campanhas pacificadoras do Duque de Caxias até os dias de hoje. Nas duas últimas décadas, **tem se destacado na participação em**

**processos de manutenção da paz sob a égide de organismos internacionais, em vários países.**

(...)

Nesse novo ambiente, as Operações de Amplo Espectro contemplam também a possibilidade de absorver as novas capacidades e exigências do combate contemporâneo, tais como: **efetividade no relacionamento com a mídia; operações em ambiente interagências; operações de ajuda humanitária; controle de contingentes populacionais com ou sem apoio de organismos internacionais; condução de operações de informação; operações contra terror; operações de proteção da população em ambiente de DOBN; apoio à população contra desastres naturais; proteção de estruturas estratégicas nacionais e de fontes de recursos escassos (Araujo, 2013, p. 22-23, grifo nosso).**

Outra inovação foi o desenvolvimento de uma doutrina de pacificação genuinamente nacional, conforme descrito a seguir.

A experiência no Haiti permitiu criar uma doutrina de pacificação genuinamente nacional, aprendida e aperfeiçoada dia a dia na condução contínua e simultânea de patrulhas a pé, motorizadas ou mecanizadas (ação de presença), inserindo a participação da polícia local (legitimidade, transmissão de valores, profissionalismo e técnicas) em ações conjuntas; na execução de trabalhos de engenharia (visibilidade e compromisso com o desenvolvimento); no contato com a população (respeito e solidariedade); e no trabalho em parceria com as agências da ONU, ONGs e instituições locais (interagências). Essas atividades, aliadas às características do soldado brasileiro, dentre as quais se destacam a resistência, adaptabilidade e solidariedade, conferem estreita ligação com uma expressão muito difundida naquele país: “É o jeito brasileiro de construir a paz (Nascimento, 2013, p. 25).

Sobre a doutrina empregada pela tropa brasileira no Haiti, o Gen Novaes, 1º Comandante do Centro de Instrução de Operações de Paz, aponta o seguinte:

**O emprego da Doutrina mostrou-se eficaz em operações, com destaque para o funcionamento de um centro de operações táticas no batalhão, o método**

4. Operações no Amplo Espectro – Novo Conceito Operacional do Exército Brasileiro que vigorou até ser substituído pelo manual Conceito Operacional do Exército Brasileiro – Operações de Convergência 2040 (EB20-MF-07.101), de 2023.

5. Doutrina Delta – Conceito Operacional do Exército que vigorou entre 1996 e 2014. Para maiores informações, vide página 1-5, do capítulo 1 das Instruções Provisórias Bases para a Modernização da Doutrina de Emprego da Força Terrestre (Doutrina Delta) (IP 100-1), 1ª edição, 1996.

de estudo de situação, o emprego das pequenas frações em operações contra forças irregulares em ambiente urbano, as diversas táticas, técnicas e procedimentos para a utilização das tropas a pé e dos blindados em operações urbanas, principalmente as patrulhas, entre outros aspectos (Miranda, 2017, p. 56, grifo nosso).

Além disso, o General apresenta as seguintes contribuições da MINUSTAH para a evolução da doutrina militar terrestre, decorrentes das operações de pacificação em Bel Air (Miranda, 2017):

- o planejamento centralizado e a execução descentralizada das ações, com muitas das decisões tomadas nos níveis mais baixos, deram velocidade às operações, prejudicando a capacidade de reorganização das forças adversas;
- combinação de tropas a pé com o poder de choque dos blindados e com caçadores posicionados em pontos dominantes, o que conferiu um maior poder de combate e aumentou a segurança da tropa;
- as operações de cerco e vasculhamento propiciaram a captura de pessoal e de material da força oponente, e reduziram o poder de combate desta, o que melhorou as condições de segurança para a presença permanente da tropa no terreno;
- a ocupação de pontos fortes pelos pelotões de fuzileiros, em áreas críticas, caracterizou a presença permanente da tropa na zona de ação e permitiu a criação de vínculos entre o cidadão haitiano e o soldado brasileiro;
- a mudança de postura da tropa após a obtenção da segurança, o que atraiu a presença de agências civis e foi fundamental para que os primeiros sinais de desenvolvimento voltassem aos bairros outrora dominados pelas forças adversas; e
- o apoio da população, produto da combinação de todos os fatores listados, contribuiu para a eliminação das últimas resistências das forças adversas.

Ademais, Brandão (2018) aponta as seguintes evoluções/contribuições para a Instituição, provocadas pelo emprego em operações de paz:

- aperfeiçoamento do processo de seleção de militares para missões de paz com exames médicos, físicos, questionários, entrevistas e testes psicológicos, com o objetivo de selecionar os mais aptos no universo de voluntários para integrar o componente a ser desdobrado, fato que se traduziu no sucesso do pessoal brasileiro ao longo dos 13 anos de missão;

- aperfeiçoamento do treinamento das forças empregadas com a criação do Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOpPaz), em 2005;
  - criação do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), em 2010, por transformação do CIOpPaz, e sua consequente designação para a preparação de militares e civis brasileiros e de nações amigas a serem enviados em missões de paz e desminagem humanitária;
  - motivação dos quadros para participar da missão, podendo empregar os conhecimentos adquiridos nas escolas de formação, aperfeiçoamento e cursos de especialização em situação real, além da possibilidade de operar junto a exércitos de outros países;
  - desenvolvimento do conceito e emprego das equipes móveis de treinamento para apoiar o treinamento e a preparação de nações amigas para operações de paz e, para incrementar a projeção internacional do Brasil; e
  - aperfeiçoamento do ensino de idiomas no Exército.
- Outrossim, Nogueira (2019) também apresenta algumas inovações que produziram efeitos diretos no nível tático, sendo a (o):
- criação do CCOPAB;
  - adoção, treinamento e emprego de armas menos letais durante a missão;
  - emprego da mira holográfica;
  - adoção do calibre 5.56 mm;
  - emprego de drones; e
  - emprego de câmera digital nas patrulhas.

Inclusive, o mesmo autor conclui o seguinte sobre os legados da MINUSTAH para o soldado brasileiro:

O soldado que embarcou em 2004, rumo ao enfrentamento da crise haitiana, é, totalmente, diferente daquele que desembarcou treze anos após o término da missão. Foram e são nítidos a evolução e o amadurecimento do componente militar, após a experiência da MINUSTAH, seja nas tarefas de mobilização para envio das tropas, quanto na evolução doutrinária ou, até mesmo, na diferença do equipamento individual. A missão ofereceu a oportunidade de emprego em combate real, sob circunstâncias que rodeiam grande parte dos conflitos da atualidade (Nogueira, 2019, p. 69).

No mesmo sentido, Geraldo et al. (2020) apontam as seguintes contribuições das operações de paz para a Doutrina Militar Terrestre (DMT):

- aperfeiçoamento da doutrina de emprego em operações de Garantia da Lei e da Ordem e de Combate em Ambiente Urbano;

- criação de uma doutrina nacional de operação de cooperação civil-militar com base nas experiências colhidas na MINUSTAH, executando ações de Coordenação Civil-Militar (CIMIC)<sup>6</sup>;
- projeção de Força Internacional e interoperabilidade com as Forças Coirmãs (Marinha do Brasil e Força Aérea Brasileira) e com militares e membros de nações amigas presentes na missão; e
- mecanização da Infantaria Motorizada e Modernização da Cavalaria Mecanizada.

Os autores reforçam que o emprego na MINUSTAH trouxe benefícios e lições aprendidas para a F Ter que contribuíram para que a instituição empreendesse o seu processo de transformação, conforme se observa na passagem a seguir.

Com isso, verificou-se, ao longo de 13 anos, que o ambiente operacional se constituiu em um verdadeiro laboratório para experimentação doutrinária de emprego de tropa em ambiente urbano, o que permitiu serem colhidos ensinamentos variados que se traduziram no aperfeiçoamento da DMT, na melhoria dos materiais de emprego militar, dentre outros. Pode-se dizer, ainda, que o emprego de tropas brasileiras na MINUSTAH contribuiu, em parte, para a transformação do EB.  
(...)

Ademais, o processo de transformação do Exército teve sua origem no diagnóstico de que o EB não dispunha de capacidades compatíveis com a rápida evolução da estatura política-estratégica do Brasil (BRASIL, 2012). Dentro do sistema de planejamento do EB, de acordo com Peri

(2013), estudos e análises posteriores indicaram a oportunidade de organizar em projetos indutores do processo de transformação da Força, com a criação do Escritório de Projetos do Exército e a estruturação de sete projetos estratégicos, dentre os quais pode-se ressaltar o Projeto Guarani (Geraldo *et al.*, 2020, p. 46-47).<sup>7</sup>

No ano de 2021, o Brasil resolveu elevar o nível de um Batalhão de Infantaria Mecanizado de Força de Paz e de uma Companhia de Engenharia de Força de Paz, ofertados, no ano anterior, ao Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção de Paz das Nações Unidas (UNPCRS)<sup>8</sup> de I para II<sup>9</sup>. Para isso, foi necessário organizar e preparar as tropas para receber uma visita de avaliação e inspeção (AAV)<sup>10</sup> de membros das Nações Unidas, a fim de certificar e elevar o nível das tropas.

O CCOPAB preparou os recursos humanos das tropas que foram certificadas, valendo-se da Arquitetura de Treinamento desenvolvida e aperfeiçoada por ocasião do emprego na MINUSTAH, que diz respeito ao “rigoroso cumprimento dos três pilares da preparação de contingentes para as missões de paz: Treinamento – Avaliação – Certificação” (Barbosa, 2021). Segundo o autor, tal arquitetura constitui uma sequência de etapas de treinamento e instruções que resultam na realização de exercícios no terreno de modo a verificar se as tropas alcançaram as capacidades operacionais e a prontidão requeridas pelo Secretariado da ONU.

A figura a seguir apresenta um resumo das fases que compõem a Arquitetura de Treinamento desenvolvida pelo CCOPAB.

6. É importante deixar registrada a diferença conceitual das ações CIMIC executadas em operações sob a égide das Nações Unidas (Coordenação Civil-Militar) e as executadas em operações militares (Cooperação Civil-Militar). Segundo Brasil (2021, p. 1-3 e 1-4):

- COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR – caracteriza-se por atividades que buscam estabelecer, manter, influenciar ou explorar as relações entre as forças militares, as agências, as autoridades e a população em uma área operacional. Contribui para atingir os objetivos militares e garantir um ambiente seguro e estável, de acordo com a natureza da missão. A CIMIC está inserida nos assuntos civis e compreende ações comunitárias e de coordenação com organizações não governamentais, organizações internacionais e, eventualmente, organizações governamentais.

- COORDENAÇÃO CIVIL-MILITAR – segundo a ONU, a coordenação civil-militar (CIMIC) é uma atividade militar que contribui para a facilitação da interface entre o componente militar e o componente civil de uma missão integrada, assim como os atores humanitários e de desenvolvimento da área da missão, para apoiar os objetivos das Nações Unidas. Para as forças militares, a doutrina utilizada é a de cooperação civil-militar.

7. O Projeto Estratégico “Guarani” foi incorporado ao Programa Estratégico do Exército “Forças Blindadas”.

8. UNPCRS – *United Nations Peacekeeping Capabilities Readiness System*.

9. BRASIL, 2024, págs. 7 e 8, apresenta uma descrição sumária de cada nível do UNPCRS:

- Nível 1, caracterizado pela inserção da capacidade do país contribuinte no sistema, como registro inicial;

- Nível 2, fase na qual, por iniciativa do país contribuinte ou da ONU, ocorre uma visita de avaliação e assessoramento (*Assessment and Advisory Visit*). Nessa oportunidade é verificado o material disponível e o pessoal pré-selecionado, bem como é realizada a verificação das instruções, principalmente no tocante à exploração e ao abuso sexual, à conduta e à disciplina;

- Nível 3, o país contribuinte prepara as relações detalhadas dos principais equipamentos e dos serviços de autossustento, a lista do material a ser transportado (*Cargo Load List*), bem como a proposta de cronograma para o desdobramento da unidade a ser empregada, e informa o porto de embarque do material. As unidades no Nível 3 do UNPCRS devem estar prontas para serem desdobradas entre 90 (noventa) e 120 (cento e vinte) dias e as respectivas estruturas baseadas em uma Declaração de Requisitos de Unidade (*Statement of Unit Requirements*), genérica, expedida pela ONU; e

- Nível de Desdobramento Rápido (*Rapid Deployment Level*), que configura o nível mais elevado para o desdobramento de uma tropa em missão de paz. Nesse nível de prontidão, a capacidade do país contribuinte de tropa (*Troop Contributing Country — TCC*) permanece no máximo por 1 (um) ano, ficando o país comprometido a desdobrar sua tropa no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após ser acionado pela ONU.

10. AAV – *Assessment and Advisory Visit*.

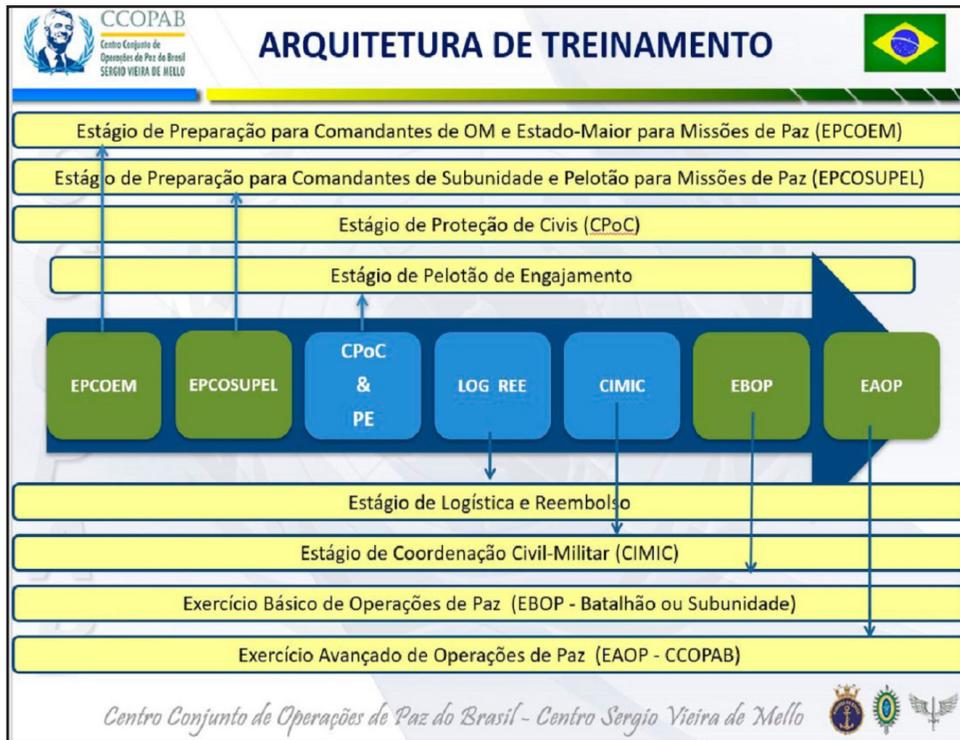


Fig 2 – Arquitetura de Treinamento de Tropas para emprego em Operações de Paz  
Fonte: Barbosa (2021).

Essa arquitetura ficou conhecida como “Conceito Azul”, pois é voltada para tropas que tenham concluído todo o seu ciclo de treinamento e adestramento, o chamado “Conceito Verde”. O objetivo principal é capacitá-las para operar sob a égide da Organização das Nações Unidas, conforme especificado na figura a seguir.

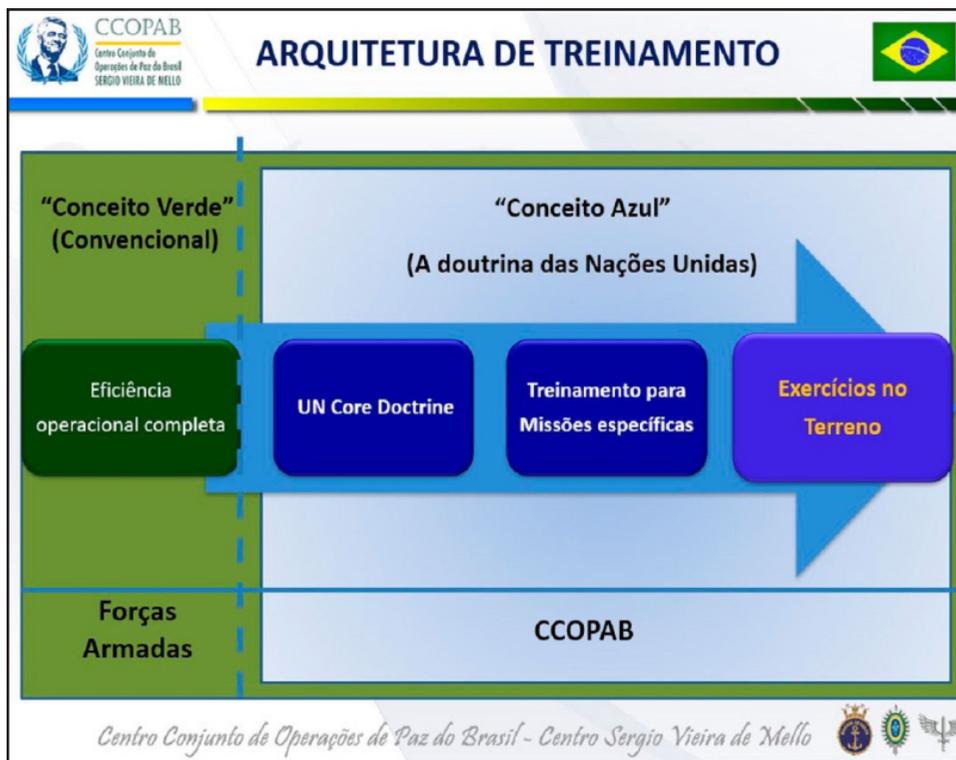


Fig 3 – Conceito Verde x Conceito Azul  
Fonte: Barbosa (2021).

Verifica-se também que as missões de paz continuam a produzir legados para a F Ter que impactam, no presente e no futuro, suas capacidades e seu processo de geração de força. Exemplo disso é o Projeto Sérgio Vieira de Mello, conforme relatado por Vaz (2022):

Quanto à infraestrutura física, a concretização do “Projeto Sergio Vieira de Mello” deverá dotar o Centro de instalações modernas e funcionais, que irão contribuir para o aprimoramento de seus processos de ensino e de apoio ao ensino, de modo a consolidar a reputação do CCOPAB como referência internacional em sua área de atuação. Esta infraestrutura ampliada viabilizará, inclusive, o aumento do número de atividades, da mesma forma que incrementará a capacidade de matrículas em cada capacitação realizada (Vaz, 2022, p. 3).

## CONCLUSÃO

Após essa breve análise, pudemos verificar que, coerente com sua condição de membro fundador da ONU, em 1945, e o desdobramento da primeira missão em 1947, o Brasil vem tendo um papel relevante nos esforços mundiais para a manutenção da paz.

Pôde ser aferido também que as OMP, em especial a partir da MINUSTAH, contribuíram definitivamente para a evolução das capacidades da F Ter.

Retomemos a pergunta que norteou a escrita: “como a participação brasileira em operações de paz contribuiu para o aperfeiçoamento das capacidades da Força Terrestre?”. Em resposta: os trabalhos e autores citados, bem como a evolução da DMT dos últimos anos, permitem afirmar que tal participação contribuiu sobremaneira para o aperfeiçoamento de tais capacidades.

Vejamos a tabela a seguir:

<b>D</b>	Doutrina	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Evolução da Doutrina Delta para o Conceito Operativo “Operações no Amplo Espectro”.</li> <li>✓ Desenvolvimento de uma doutrina de Pacificação genuinamente nacional</li> <li>✓ Aperfeiçoamentos doutrinários no nível tático das pequenas frações.</li> </ul>
<b>O</b>	Organização ou Processos	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Processo de Transformação do Exército Brasileiro.</li> <li>✓ Adoção do Planejamento Baseado em Capacidades.</li> <li>✓ Tropas a disposição do UNPCRS.</li> <li>✓ Aperfeiçoamento das Capacidades Expedicionárias da Força Terrestre.</li> <li>✓ Melhoria da interoperabilidade entre as Forças Armadas.</li> <li>✓ Aperfeiçoamento da doutrina logística no âmbito das Forças Armadas.</li> </ul>
<b>A</b>	Adestramento	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Desenvolvimento de uma arquitetura de treinamento própria para a preparação de tropas para emprego em missões sob a égide da ONU.</li> <li>✓ Implantação das Equipes Móveis de Treinamento.</li> </ul>
<b>M</b>	Material	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Aperfeiçoamento do Material de Emprego Militar da Força Terrestre (Fuzil 5.56mm; blindado Guarani, dentre outros), fruto dos testes realizados em situação de emprego real.</li> <li>✓ Emprego de armamento menos-letal, câmeras digitais e drones nas patrulhas, o que facilitou o emprego da tropa dentro das Regras de Engajamento e o seu monitoramento em tempo real.</li> <li>✓ Programas Estratégicos do Exército, como o Forças Blindadas.</li> </ul>
<b>E</b>	Educação	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Criação de um Centro de Instrução voltado para o Ensino de Operações de Paz, o que contribuiu para o aperfeiçoamento da preparação das tropas desdobradas em Operações sob a égide de organismos internacionais e a consequente melhoria da projeção internacional do Brasil.</li> <li>✓ Aperfeiçoamento dos Currículos Escolares dos Estabelecimentos de Ensino do EB.</li> <li>✓ Aperfeiçoamento do Ensino de Idiomas no EB.</li> </ul>

P	Pessoal	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Oportunidade de empregar os conhecimentos adquiridos nos Cursos de Formação e Aperfeiçoamento em situação real.</li> <li>✓ Oportunidade de liderar frações constituídas em situação real.</li> <li>✓ Oportunidade de operar junto de outros Exércitos.</li> <li>✓ Aperfeiçoamento dos Processos de Seleção para Missões de Paz.</li> <li>✓ Mais oportunidades para Militares serem desdobrados em Missões Individuais.</li> <li>✓ Conquista de Posições Estratégicas na Organização das Nações Unidas.</li> </ul>
I	Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Criação do CIOpPaz, posteriormente convertido em CCOPAB, organização militar voltada ao apoio da preparação de tropas e indivíduos para Missões de Paz e Desminagem Humanitária.</li> <li>✓ Projeto Sérgio Vieira de Mello (melhoria das instalações do CCOPAB).</li> </ul>

Tabela 1 – Contribuição das Operações de Paz para a geração de capacidades da Força Terrestre

Fonte: Elaborada pelo próprio autor.

Podemos concluir, que a evolução constante das operações de paz no cenário mundial continuará exigindo respostas do Brasil, no sentido de apresentar as Forças Armadas com capacidades de fazer face às novas demandas e aos novos desafios que a conjuntura global indica.

Desta forma, o presente artigo buscou

“acrescentar mais um tijolo” nas discussões que vêm sendo realizadas ao longo do tempo sobre esse importante capítulo da história do EB, que é a sua participação em operações de paz, ao dar um novo enfoque para um tema que já foi discutido por diversos autores, sem, todavia, ter a pretensão de esgotar o assunto.

### REFERÊNCIAS

- ARAUJO. M. L. A. Operações no amplo espectro: novo paradigma do espaço de batalha. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 16-27, jan./mar. 2013.
- BARBOSA, M. C. **Visita de Avaliação e Assessoramento do Secretariado das Nações Unidas e a Arquitetura de Treinamento conduzida pela Força Terrestre: uma breve retrospectiva**. EBLog – Bolg do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: [https://eblog.eb.mil.br/w/visita-de-avaliacao-e-assessoramento-do-secretariado-das-nacoes-unidas-e-a-arquitetura-de-treinamento-conduzida-pela-forca-terrestre-uma-breve-retrospectiva?p\\_l\\_back\\_url=%2Fsearch%3Fcategory%3D258865&p\\_l\\_back\\_url\\_title=Search](https://eblog.eb.mil.br/w/visita-de-avaliacao-e-assessoramento-do-secretariado-das-nacoes-unidas-e-a-arquitetura-de-treinamento-conduzida-pela-forca-terrestre-uma-breve-retrospectiva?p_l_back_url=%2Fsearch%3Fcategory%3D258865&p_l_back_url_title=Search). Acesso em: 23 maio 2024.
- BRANDÃO. C. E. A. T. **As principais contribuições das forças de paz do Brasil no Haiti para a evolução do Exército Brasileiro e aumento da projeção internacional brasileira**. 2018. 64 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.
- BRASIL. [(Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2023]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 24 maio 2024.
- BRASIL. Comando do Exército. Portaria do Comandante do Exército nº 001-Reservada, de 27 de fevereiro de 2012. **PROFORÇA**. Brasília: DF: Comando do Exército, 2012.
- BRASIL. Comandante do Exército. **Diretriz para o Incremento da Participação do Exército Brasileiro em Operações de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU) e em Cargos na Sede da ONU, em Nova Iorque-EUA**. EB10-D-01.039. 2. Ed. Brasília: DF: C Ex, 2024.
- BRASIL. Comando de Operações Terrestres. **Operações de Paz**. EB70-MC-10.219. 3. ed. Brasília, DF: COTER, 2017.
- BRASIL. Comando de Operações Terrestres. **Cooperação Civil-Militar (REVOGADO)**. EB70-MC-10.221. Brasília, DF: COTER, 2021.
- BRASIL. Estado-Maior do Exército. **Bases para a Modernização da Doutrina de Emprego da Força Terrestre (Doutrina Delta) (REVOGADA)**. IP 100-1. Brasília, DF: EME, 1996.
- BRASIL. Estado-Maior do Exército. **O Processo de Transformação do Exército**. 2. ed. Brasília, DF: EME, 2010.
- BRASIL. Estado-Maior do Exército. **Doutrina Militar Terrestre**. EB20-MF-10.102. 3. ed. Brasília, DF: EME, 2022.
- GERALDO. A. F. *et al.* A contribuição das missões de paz para a doutrina militar terrestre. **Doutrina**

**Militar Terrestre em Revista**, Brasília, v. 8, n. 24, p. 42-49, out./dez. 2020.

HAMANN. E. P.; MIR. W. É tempo de reengajar: o Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU. Artigo Estratégico 43. **Instituto Igarapé**. Rio de Janeiro, 2019.

LESSA, M. A. G. **A participação dos contingentes do Exército Brasileiro na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH)**. 2007. 115 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2007.

MIRANDA. A. L. N. A pacificação de Bel Air. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. Edição especial – Coletânea de artigos. Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil e Instituto Igarapé. Rio de Janeiro, p. 51-57, 2017.

NASCIMENTO. H.P. A abrangente concepção de emprego da Força Terrestre. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 18-29, abr./jun. 2013.

NOGUEIRA. P. A. **O saldo das missões internacionais de paz para o Brasil: uma análise sobre os efeitos provocados pela MINUSTAH, na Força Terrestre**. 2019. 75 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Militares). Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2019.

ONU. **Carta das Nações Unidas**. 1945. Disponível em: < <https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf>>. Acesso em 21 maio 2024.

OUR HISTORY. **United Nations Peacekeeping**, 2024. Disponível em: < <https://peacekeeping.un.org/en/our-history>>. Acesso em: 21 maio 2024.

PERI, Enzo Martins. **O Exército Brasileiro e seu processo de transformação**. Editora Justiça & Cidadania, 2013. Disponível em: < O Exército Brasileiro e seu processo de transformação | Editora JC >. Acesso em: 24 maio 2024.

VAZ, C. A. M. O Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil: referência internacional na capacitação de recursos humanos. **Observatório Militar da Praia Vermelha**. ECEME: Rio de Janeiro, 2022.

VERDE-OLIVA. Brasília: Centro de Comunicação Social do Exército, ano L, v. 260, dez. 2022. Disponível em: < <https://www.calameo.com/exercito-brasileiro/read/001238206c6ae8095de76>>. Acesso em: 21 maio 2024.

VIEIRA NETO. F. P. Epopeia militar brasileira no Haiti. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. Edição especial – Coletânea de artigos. Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil e Instituto Igarapé. Rio de Janeiro, p. 16-23, 2017.

## **SOBRE O AUTOR**

O Major de Cavalaria VICTOR MANOEL ARRUDA DO NASCIMENTO é o Chefe da Divisão de Educação e Treinamento do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil. Foi declarado Aspirante a Oficial pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) no ano de 2007. É pós-graduado pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO). No exterior, foi Comandante de Pelotão de Fuzileiros Mecanizados no BRABATT 1/13 da MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti), Oficial de Estado-Maior (*U5 Plans and Policy*) na UNFICYP (Força das Nações Unidas para a Manutenção da Paz em Chipre), e atuou como Instrutor Convidado na Edição 2024 do Curso de Oficial de Estado-Maior das Nações Unidas ministrado pelo *Peace Operations Center*, em Bangkok, Reino da Tailândia. (arrudacav2007@hotmail.com).